




Reflexividade Para Além dos Papéis Temáticos: Uma Abordagem por *ThetaFeatures*

Publicado em acesso aberto sob uma licença [Creative Commons](#) 

Resumo: Neste trabalho reavalia-se a classificação tradicional das construções reflexas com -se no português europeu, argumentando que a categoria dos chamados “pseudoreflexos” tem sido excessivamente ampliada. A partir da crítica à abordagem baseada em papéis temáticos, demonstra-se que verbos de alternância causativa, verbos psicológicos e reflexos inerentes não devem ser automaticamente associados à inacusatividade. Em vez disso, adota-se o modelo de *thetafeatures* de Reinhart (2000), que permite analisar a reflexividade como uma operação de redução argumental, distinguindo-a de fenómenos superficiais como passivas e construções impessoais. A análise mostra que muitos verbos tradicionalmente considerados pseudoreflexos exibem propriedades sintáticosemânticas compatíveis com verdadeira reflexividade, sobretudo quando se considera a interação entre causalidade, agentividade e operações lexicais. Assim, propõe-se uma recategorização que restringe a noção de pseudoreflexo às construções não reflexas (passivas, impessoais e alguns usos recíprocos), defendendo que a reflexividade deve ser entendida como um potencial estrutural mais amplo.

Palavras-chave: verbos reflexos, verbos inerentes, verbos inacusativos, verbos inergativos.

Abstract: In this paper, the traditional classification of reflexive constructions with -se in European Portuguese is reassessed, arguing that the category of so-called “pseudoreflexives” has been excessively broadened. Building on a critique of the thematicrolebased approach, it is shown that causativealternation verbs, psychological verbs, and inherent reflexives should not be automatically associated with unaccusativity. Instead, the analysis adopts Reinhart’s (2000) *thetafeature* model, which allows reflexivity to be treated as an argumentreduction operation, distinguishing it from surface phenomena such as passives and impersonal constructions. The study demonstrates that many verbs traditionally classified as pseudoreflexive display syntacticsemantic properties compatible with genuine reflexivity, especially when the interaction between causation, agentivity, and lexical operations is taken into account. Accordingly, a reclassification is proposed that restricts the notion of pseudoreflexive to nonreflexive constructions (passives, impersonals, and some reciprocal uses), arguing that reflexivity should be understood as a broader structural potential.

Keywords: reflexive verbs, reflexive inherent verbs, unaccusative verbs, unergative verbs.

Luís Trigo

Investigador, *Centre for Digital Culture and Innovation*, Universidade do Porto, Porto, Portugal

Doutorado em Ciências da Linguagem, Universidade do Porto

 <https://orcid.org/0000-0002-3772-7081>

 ltrigo@letras.up.pt



Recebido em 13/12/2025

Aceito em 11/01/2026

Publicado em 28/02/2026

Introdução

Para Mendikoetxea (1999), as diferentes construções de *-se* são um dos temas mais controversos das línguas românicas. Tal não poderia deixar de ser devido ao facto de, aparentemente, terem uma origem comum. Contudo, a sua derivação é tão ampla, difusa e sobreposta que é um desafio muitas vezes saber em que classe os devemos colocar.

Se se atender ao facto de muitas vezes se estabelecer o paralelo com as construções inacusativas e inergativas, então o grau de complexidade aumenta e muito. Até porque, como refere Manning (2003), a divisão categorial dos verbos intransitivos em inacusativos e inergativos é um dos focos de problemas na maioria das teorias linguísticas.

Apesar de tudo, deve-se considerar que esta complexidade resulta de um nível de “compressão” notável dos falantes, sem que na maioria das situações perturbe a leitura dos significados das mesmas construções. O problema põe-se a nível da compreensão da sua natureza linguística e a nível computacional.

São vários os fatores que afastam algumas das construções reflexas do que se entende como reflexividade, levando a que os verbos que as compõem sejam classificados como “pseudo-reflexos”. No caso dos verbos de alternância causativa, o facto de terem efetivamente uma versão inacusativa (não pronominal) adensa a confusão. Outros verbos que têm sido classificados como falsos reflexos são os reflexos inerentes. Tal como os verbos que participam nas construções médias, reflexos inerentes e psicológicos relevam o facto de as entidades com papéis semânticos de tema e experienciador não serem entidades completamente passivas nas ações em que se envolvem, necessitam também de ter alguma permeabilidade ou capacidade para serem envolvidos nessas mesmas ações.

Importa deste modo ter uma visão mais generalizável do que se compreende por reflexividade. Para tal, um dos conceitos a que se recorre neste trabalho é o de theta-features para analisar os efeitos da reflexividade ao nível das operações argumentais que se relacionam com a estrutura.

Para uma compreensão das implicações sintático-semânticas dos vários tipos de construções reflexas, começar-se-á por enquadrá-las na temática que enquadra as mesmas ao nível sintático – a anáfora ligada. De seguida, focam-se os verbos inacusativos que, principalmente nas línguas românicas, parecem conter uma zona de interceção com os verbos reflexos.

Recorrendo à análise de Reinhart (2000) e Reinhart e Siloni (2005), reconsidera-se outra vez a influência desta zona de interceção, o que terá como consequência retirar alguns verbos da zona dos pseudo-reflexos.

As Diferentes Construções com -Se

Na explicitação das várias construções com -se, das que são apresentadas por Otero (1999), destaco as que se adaptam à língua portuguesa, acrescentando uma sexta aceção:

- (1) *O submarino afundou-se (por si próprio). – reflexo intrínseco*
- (2) *O submarino afundou-se (a si próprio). – reflexo extrínseco*
- (3) *O submarino afunda-se facilmente. – médio*
- (4) *Afundou-se o submarino. – passivo*
- (5) *[Indefinido] Afundou-se o submarino. – indefinido*
- (6) *Os submarinos afundam-se mutuamente. – recíproco*

Segundo o autor, há contextos que tornam difícil distinguir cada uma das versões, nomeadamente a construção passiva e a construção impessoal com o -se indefinido. Contudo, todas elas são radicalmente diferentes. Em termos diacrónicos, o autor refere que primeiro deverá ter surgido o -se passivo nos denominados verbos pronominais. De seguida terá surgido o -se reflexo com a passiva média, uma generalização do caso anterior. Por último, terá surgido o -se indeterminado das orações impessoais.

A frase (6) obtém a desambiguação entre reflexo e recíproco através do adverbio “mutuamente”. A mais forte das evidências da origem reflexa de algumas das construções recíprocas apresentada por Maslova (2008) são as construções recíprocas com marcação reflexa obrigatória nas línguas Românicas. De facto, mesmo quando utilizam estratégias recíprocas alternativas, há determinados verbos que exigem a marcação reflexa. Note-se que o verbo sem o clítico torna a frase agramatical.

- (7) *Eles abraçam-se um ao outro.*
- (8) **Eles abraçam um ao outro.*

Muitos verbos dos marcados pelo clítico reflexo (ou recíproco) *-se* de forma obrigatória (assemelhar e aparentar) ou facultativa (abraçar, casar, cruzar ou combinar) na sua forma plural transmitem esta propriedade pronominal às suas formas singulares – ainda que no caso da versão pronominal singular do verbo “abraçar” a propriedade recíproca pode não se consumir.

(9) *Ele abraçou-se ao outro.*

A Relação Anafórica de *-Se*

Para Brito *et al.* (2003), a anáfora com *-se* aparece como anáfora ligada, ou seja, uma relação referencial que se constitui entre certas expressões tradicionalmente consideradas pronominais e que não têm referência autónoma, e uma expressão que fixa o seu valor referencial, isto é, que lhes serve de antecedente.

No exemplo apresentado por Brito *et al.* (2003),

(10) *[A criança] magoou-se no jardim.*

Neste caso, o reflexo não tem valor referencial em si mesmo e depende, necessariamente, do valor referencial do SN que é sujeito da frase. O reflexo é tradicionalmente considerado o Objeto Direto. No entanto, o reflexo pode também ser, excecionalmente, um Objeto Indireto, como no exemplo a seguir apresentado:

(11) *A Maria perguntou-se (a si mesma) se queria mesmo concorrer ao concurso.*

Neste caso, *se queria mesmo* é o Objeto Direto de perguntar e *se (a si mesma)* é o Objeto Indireto desse mesmo verbo.

Segundo Brito *et al.* (2003), a forma *-se* pertence ao paradigma dos reflexos fracos (concretizados com os clíticos *me, te, se, nos, vos*). No entanto, para as autoras, também existem formas fortes incluídas em construções preposicionais com, por exemplo, *mim, ti, si, nós, vós* em *a mim mesmo, a ti mesmo, a si mesmo, a nós mesmos, a vós mesmos*. Para as autoras, alguns verbos, em

português, aparecem associados a formas idênticas a reflexos, como por exemplo, admirar-se, arrepende-se, atrever-se, indignar-se, lembrar-se e queixar-se. Os verbos admirar e lembrar podem ser usados sem o pronome clítico. Os outros nem sequer têm a variante “não pronominal”, pelo que podem ser designados como reflexos inerentes (Vilela, 1992).

Pela análise de um dos exemplos apresentados:

(12) *A Maria admira-se com o consumo exagerado dos jovens.*

Verifica-se que esta frase não contém uma verdadeira anáfora reflexa, uma vez que é impossível a paráfrase com a si próprio/mesmo e se não recebe nenhum papel temático, sendo o SPrep “com o consumo exagerado dos jovens” o constituinte que recebe um papel temático de tema ou objeto.

Assim, as formas *-me*, *-te*, *-se* que aparecem com estes verbos são uma propriedade lexical desses mesmos verbos, considerando-se “reflexos inerentes” ou “pseudo-reflexos” que, como refere a autora, são uma especificidade das línguas românicas. Apesar, de enfrentarem problemas comuns na resolução anafórica, no presente trabalho distinguirei os reflexos inerentes dos pseudo-reflexos, considerando que os primeiros tiveram origem em verbos transitivos e que progressivamente perderam essa versão, restando apenas vestígios na sua versão pronominal.

Os Reflexos Inerentes

No seu capítulo “SNs acusativos como parte integrante do predicado”, Vilela (1992) aponta como exemplos de incorporação dos pronomes ditos reflexos no verbo as construções com verbos inerentes que possuem também realizações não reflexivas e os chamados reflexivos inerentes, como atrever e arrepende.

O autor compara os reflexos inerentes, que ocorrem sempre marcados pelo clítico reflexo, com as construções reflexas normais, recorrendo a alguns testes sobre os verbos arrepende e lavar:

Interrogação

(13) (A) *quem lava ele?*

(14) * (A) *quem arrepende ele?*

Substituição

(15) *Ela lava o bebé.*

(16) * *Ele arrepende o bebé.*

Coordenação

(17) *Ele lava-se a si e ao bebé*

(18) * *Ele arrepende-se a si e ao bebé.*

Modificação

(19) *Ele lava-se apenas a si.*

(20) *Ele arrepende-se apenas a si.*

Como os sujeitos apontam para o valor de paciente, o autor faz equivaler os reflexos inerentes aos verbos inacusativos no seu valor semântico-sintático. Na sua maioria, terão tido como origem os verbos transitivos, ganhando o uso reflexivo numa fase intermediária:

(21) *Uso reflexo: $V(X,Y) \Rightarrow V(X,X)$*

(22) *Reflexos inerentes: $V(X,X)$ (com perda total de referência)*

De facto, o equivalente em inglês ao verbo arrepender, ao contrário do que acontece com o português, tem uma variante transitiva, como se exemplifica a seguir:

(23) *Repent all your sins to God.*

Mas ainda tendo como referência os verbos psicológicos, Vilela (1992) encontra evidências da alternativa real da realização dos mesmos em construções como:

(24) *Eu zanguei-o. / Eu fi-lo zangar.*

(25) *Eu zango-me.*

O autor atribui ainda um comportamento semelhante ao grupo de verbos que designam uma mudança de estado ou de lugar, como sentar-se e sentar, mover e mover-se, distanciar e distanciar-se, entre outros. Para o demonstrar, recorre aos testes de interrogação que eu considero inadequados, por não considerarem a marcação reflexa obrigatória quando o agente/paciente se encontra afetado pela reflexividade.

(26) *Ele senta-se.*

(27) *Quem é que ele senta? (considerado agramatical por Vilela [8])*

(28) *Ele senta-se a si e ao amigo. (considerado agramatical por Vilela [8])*

(29) *Ele distancia-se.*

(30) *Quem distancia ele? (considerado agramatical por Vilela [8])*

(31) *Ele distancia-se a ele e ao amigo. (considerado agramatical por Vilela [8])*

A Aproximação Aos Verbos Inacusativos

Na literatura sintática têm surgido alguns autores que aproximam os verbos reflexos aos verbos inacusativos. Considerando os verbos reflexos decorrentes dos verbos de alternância causativa, seriam considerados falsos reflexos por partilharem o mesmo tipo de redução argumental dos inacusativos. A confusão é ampliada pelo facto de os mesmos verbos compreenderem efetivamente uma variante inacusativa.

Como nos descreve Duarte (2003), o sujeito de um verbo inacusativo comporta-se, em relação a algumas propriedades, como um argumento interno direto, ao contrário do que acontece com os verbos transitivos e inergativos. Mas têm em comum com estes últimos o facto de tal argumento se comportar como um sujeito, desencadeando concordância verbal.

A autora distingue as construções inacusativas pessoais das impessoais, representando as construções impessoais a forma mais intuitiva para representar o sintagma verbal com o argumento interno direto que caracteriza a inacusatividade. A diferença entre estas duas construções é a diferente focalização dos constituintes, tendo a construção pessoal a ordem Sujeito Verbo do português.

Mas deve-se ter em conta que o recurso a formas inacusativas é, de facto, uma forma de tornar uma declaração impessoal, retirando importância ao agente. No caso dos verbos inacusativos, a seleção da construção pessoal ou impessoal parece igualmente correta, apesar da ausência, na

estrutura superficial da frase, de uma forma explícita na posição sintática de sujeito, o que está relacionado com o facto do português ser uma língua de sujeito nulo.

Deste modo, uma frase com um verbo inacusativo distingue-se de uma outra com verbo transitivo pelo facto de, na representação sintática inicial da primeira, a posição do especificador de sintagma verbal (SV) não estar ocupada por nenhum argumento. Além disso, o sintagma nominal (SN), argumento interno de um verbo inacusativo, não recebe caso acusativo do verbo que o selecciona, recebendo antes o nominativo.

Atente-se às frases de exemplo escolhidas pela autora para ilustrar a forma impessoal e pessoal, respetivamente, de uma construção inacusativa.

(32) *Chegaram os miúdos.*

(33) *Os miúdos chegaram.*

A autora distingue, sob o ponto de vista semântico, os verbos inacusativos que exprimem uma mudança de estado com causa interna dos que têm causa externa. Entre os últimos, contam-se os verbos de alternância causativa com uma variante inacusativa e outra transitiva, como mostram as frases seguintes:

(34) (a) *A Maria derreteu [a manteiga]tema / (b) [A manteiga]tema derreteu(-se).*

(35) (a) *O João abriu [a porta]tema / (b) [A porta]tema abriu(-se).*

As variantes causativa e inacusativa estão relacionadas, isto é, o argumento interno direto da variante causativa (a manteiga e a porta em (a)) ocorre como sujeito da forma inacusativa em (b) e o argumento externo da variante causativa não está disponível na variante inacusativa, nem mesmo sob a forma de agente implícito (pela Maria em (34) e pelo João em (35)). Tal implica que o argumento interno da variante inacusativa determine a concordância verbal e seja pronominalizável pela forma nominativa do pronome pessoal – assim, em (b), a manteiga e a porta são claramente o sujeito da frase. A utilização opcional do clítico *-se* aponta já para uma correspondência entre o fenómeno da reflexividade e o da inacusatividade.

Segundo o Princípio da Uniformidade lexical, “cada conceito verbal corresponde a uma entrada lexical com uma estrutura temática.” Quando, num verbo de alternância, se deriva a partir de

um predicado de dois lugares, que representa uma relação, um predicado mono-argumental, as características inacusativas dessa operação lexical de Redução seguem a Generalização de Burzio. Esta enuncia que “um verbo atribui Caso acusativo ao seu objecto se e só se atribuir papel temático externo.”

Segundo Duarte (2003), na linha de Mendikoetxea (1999) para a língua espanhola, os verbos não agentivos são inacusativos que se referem a eventos com causa interna, podendo exprimir uma reação física, como o corar, desmaiar, ou empalidecer, emitir percepções através dos sentidos, como flamejar e mudar de estado devido a causa externa, como crescer, florir ou morrer. Estes verbos não possuem variante causativa e só podem ser utilizados mediante interpretação causativa em construções sintáticas complexas. As construções definidas para este tipo de verbos distinguem-se das definidas por verbos inacusativos de mudança de estado devida a causa externa por não admitirem adjuntos do tipo por si só, como exemplifica a frase seguinte.

(36) **/? As rosas já floriram por si só.*

Além disso, existem restrições muito fortes sobre os argumentos internos diretos destes verbos inacusativos, uma vez que indicam mudanças de estado devida a causa interna. Recorrendo à frase de exemplo, só as flores ou determinadas plantas (acrescento meu) têm a capacidade de florir. Estes verbos têm também, segundo a autora, uma distribuição menos uniforme e mais reduzida do que a variante inacusativa dos verbos de alternância causativa, resultando em algumas formas agramaticais como a ilustrada pelos exemplos baseados no verbo empalidecer.

(37) **/? Empalidecida a Maria.*

(38) **/? A Maria está empalidecida/ pálida.*

Recorrendo ao Dicionário da Academia da Ciências, temos um exemplo que põe em causa a intransitividade do verbo empalidecer:

(39) *O sol empalidece as cortinas.*

De facto, a complexidade da causalidade pode pôr em causa esta discriminação entre verbos com causa interna e os que têm causa externa. De facto, Reinhart (2000) discute alguns aspetos desta causalidade, nomeadamente no que concerne à causa interna.

Também os verbos de movimento que denotam direção inerente se comportam como inacusativos, apesar de apresentarem uma distribuição mais reduzida do que a variante inacusativa dos verbos de alternância causativa. Deste modo, não admitem facilmente o adjunto por si só, visto não anunciarem mudança de estado. As frases seguintes demonstram esta situação.

(40) *Chegado o João.*

(41) * *O João chegou por si só.*

(42) * *O João está chegado.*

Ainda reforçando a mesma linha, Pesetsky (1996) submete alguns dos reflexos à classe dos inacusativos a partir das suas observações no Italiano e Francês. Nestas línguas, os verbos reflexos na forma passiva que tenham como auxiliar o verbo *essere/être* (em vez de *avere/avoir*) serão inacusativos. Do mesmo modo, os clíticos *ne/en* só se utilizam em construções inacusativas.

Reinhart (2000) não concorda com esta classificação, afirmando claramente que os verbos reflexos não são inacusativos. Recorrendo às mesmas línguas que Pesetsky (1996), a autora mostra casos que desafiam esta generalização, como exemplificam as seguintes frases em italiano:

(43) *E' rotolata una pietra.*

(44) * *Si ne sono vestiti tre.*

(45) ?*Si e' vestita una donna.*

Enquanto todos os falantes aceitavam a primeira construção, os que não aceitavam a segunda também rejeitavam a terceira.

Outro dos argumentos da autora contra esta inacusatividade é o facto de nas línguas com reflexão lexical os reflexos se comportarem como inergativos. Por exemplo, no inglês, ao contrário dos inacusativos, os tais verbos inergativos podem formar nominalizações terminadas com *er*. Em baixo mostra-se que os reflexos encaixam nesta categoria:

(46) * *She moves so gracefully because she is an experienced mover.*

(47) * *He is a rapid grower.*

(48) *She dresses slowly because she is an elegant dresser.*

(49) *He shaves slowly because he is not an experienced shaver.*

Em hebreu, embora os inacusativos com morfologia reflexa preservem o tratamento sintático da inacusatividade, os reflexos com a mesma morfologia comportam-se como inacusativos. Por todos estes motivos, Reinhart (2000) abandona a ideia de aproximar os verbos reflexos dos inacusativos, preferindo constituir um tratamento com base na noção de reduções ao nível lexical, entre eles a de redução argumental.

A secção seguinte complementa a análise efetuada até aqui, através do agrupamento dos papéis semânticos em traços semânticos. A análise e a síntese do fenómeno da causalidade têm uma abordagem alternativa que permite englobar os casos que fogem ao alcance da inacusatividade. Não perde intuitividade, pelo contrário, permitindo voltar a compreender de uma forma mais ampla e profunda como funciona a construção reflexa.

A análise “clássica” aos verbos inacusativos (Perlmutter, 1978; Eliseu, 1984; Duarte, 2003) foi frequentemente baseada nos papéis temáticos (θ -roles) que usualmente se distinguem em agente, causa, experienciador, instrumento e tema (ou paciente), fonte e objetivo. Reinhart (2000) refere que esta categorização funciona bem com a maior parte dos verbos, mas não com todos e, por isso, para conseguir um quadro conceptual mais abrangente, a autora adota um sistema que caracteriza cada um dos papéis semânticos com traços semânticos ligados à causatividade e à presença de um estado mental. A partir de dois traços semânticos é possível analisar os quatro papéis temáticos do seguinte modo:

[c] = causa mudança.

[m] = estado mental envolvido.

	agente	causa/inst	tema(paciente)	experienciador
[c]	+	+	-	-
[m]	+	-	-	+

O quadro reflecte uma clara afinidade do papel agente com causa. Será a propriedade da vontade [m] (estado mental) que distingue o agente do papel causa. O mesmo traço distingue

experienciador de tema e paciente. A autora não faz a distinção entre causa e instrumento partindo da generalização de que o papel causa é um instrumento se e só se um papel agente é realizado na derivação ou inferido na interpretação. A autora assume que este sistema deixa muito em aberto no que concerne ao traço [-c -m] que pode compreender tema, paciente afetado ou os papéis internos fonte e objetivo.

Caracterizando os verbos partir e comer compreende-se melhor a extensão do modelo:

- (50) *partir*(θ_1 [+c], θ_2 [-c -m]) *O João/vento partiu a janela.*
 (51) *comer* (θ_1 [+c +m], θ_2 [-c -m]) *O bebé/ *a colher / *a fome comeu a sopa.*

Os verbos transitivos que seleccionam [+c] são marcados pela alternância causativa, enquanto os transitivos [+c+m] apenas poderão permitir a redução reflexa de uma forma mais restritiva.

Em termos formais, a redução de argumentos através da reflexão de um verbo transitivo tanto se pode dar para o inacusativo como para o inergativo, correspondendo o índice n a 2 ou 1 respetivamente. Representa-se esta operação do seguinte modo:

- (52) $V(\theta_1, \theta_2) \text{ ---> } R(V)(\theta_n)$

Esta operação pode realizar-se como exemplificam as seguintes frases:

- (53) *virar* < θ_1, θ_2 >: *A Maria virou a pedra.*
 (54) $R(\textit{virar}) \theta_2$: *A pedra virou-se.*
 (55) $R(\textit{virar}) \theta_1$: *A Maria virou-se.*
 (56) *lavar* < θ_1, θ_2 >: *O João lavou os pratos.*
 (57) $R(\textit{lavar}) (\theta_1)$: *O João lavou-se.*
 (58) $*R(\textit{lavar}) (\theta_2)$

Desde logo verifica-se uma restrição à redução argumental – o papel temático [+m] não pode ser reduzido. Por outro lado, um verbo [+c] pode ter tanto a versão inacusativa como a reflexa. Reinhart (2000) comenta, como um facto engraçado, a possibilidade de estes poderem até comportar-se com alguma agentividade referindo-se, por exemplo, a porta e não a um humano:

(59) *A Maria vestiu-se a si própria.*

(60) *A porta abriu-se a si própria.*

A autora explica este facto como uma cadeia de causalidade. Se houve algo que espoletou uma pequena abertura da porta, a própria inércia da porta pode explicar que, passo a passo, a mesma se abrisse por completo.

Reinhart (2000), ao comentar Levin e Rappaport (1994, 1995), também considera estranho a utilização que as mesmas fazem da frase que se segue para demonstrar a inacusatividade dos verbos de causa interna.

(61) *O vaso partiu-se por si mesmo.*

(62) *O barco afundou-se por si mesmo.*

E considera que tais frases apenas seriam utilizadas caso se pretendesse intencionalmente esconder o culpado. Na minha opinião, isto acontece porque esses verbos não terão verdadeiramente causa interna. Apesar de tudo, a autora reconhece que essas frases são possíveis, ao contrário da frase seguinte pois o âmbar não tem uma fonte de luz interna:

(63) * *O âmbar brilhou por si mesmo.*

Relativamente às alternâncias do experienciador, cujos verbos transitivos Belletti e Rizzi (1988) propõem ser inacusativos, Reinhart (2000) defende que se partiu de um pressuposto errado, como ilustram as seguintes frases:

(64) *Algo preocupa a Maria*

(65) *A Maria preocupa-se com algo.*

Se se adotar outro tipo de construção, a inergatividade torna-se mais aceitável:

(66) *O João preocupa a Maria.*

(67) *A Maria preocupa-se.*

Este fenómeno é coerente com a sistematização da autora, em que o argumento externo se realiza apenas por [+c]. Por outro lado, para além da leitura verdadeiramente reflexa, abre uma análise na dimensão das construções médias, revelando algum envolvimento/agencialidade do experienciador e colocando a operação reflexiva num nível mais difuso. De facto, na construção média deixa de ser importante que a operação reflexa se concretize – o que importa é o potencial/capacidade para se realizar. Por isso, o tempo imperfectivo é essencial para identificar uma construção média.

(68) *A Maria preocupa-se facilmente.*

A autora acaba por sistematizar as duas diferentes formas de redução argumental do seguinte modo:

(69) *Redução do papel interno – função-SELF*

(70) $V(\theta_1, \theta_2) \text{ ---} \rightarrow R_s(V)(\theta_1)$

(71) $R_s(\theta) \text{ <---> } \theta(\theta x(V(x,x)))$

(72) *Redução do papel externo – Expletivização*

(73) $V(\theta_1, \theta_2) \text{ ---} \rightarrow R_e(V)(\theta_2)$

(74) $R_e(V)(\theta_2) \text{ <---> } V(\theta_2)$

Reinhart e Siloni (2005) unificam a fórmula da redução argumental dos reflexos no que designam por Bundling:

(75) $[\theta_i] [\theta_j] \rightarrow [\theta_i - \theta_j]$, em que θ_i é externo.

Deste modo, o argumento resultante da reflexão não é interno nem externo, tratando-se de uma combinação dos dois.

As autoras consideram ainda que em certos casos, como nos verbos inacusativos e sujeito-experienciador, possa haver uma operação de descausativação, formalizando-a do seguinte modo:

(76) $Vacc(\theta_1[+c], \theta_2) \rightarrow V(\theta_2)$

Em síntese, não é absolutamente certo que os verbos reflexos sejam inacusativos, como pretendeu Pesetsky (1996) para o Italiano e para o Francês. Para Reinhart (2000) e Reinhart e Siloni (2005) há antes uma operação de redução argumental nos verbos reflexos, que que reflita que um mesmo argumento seja interpretado como seja interpretado simultaneamente como agente e como paciente.

Conclusão

Neste trabalho percorreu-se a grande diversidade de construções marcadas pela utilização do clítico se com o objetivo de perceber se a designação de verbo pseudo-reflexo não terá sido demasiado alargada. De facto, só considerando um contexto abrangente se consegue realmente perceber ou desambiguar, quando não há interceção, os significados destas construções. Esse nível de dificuldade da compreensão das estruturas subjacentes pode ser ilustrado através das análises contrastantes de Brito *et al* (2003), focada na inacusatividade, e Reinhart (2000) e Reinhart e Siloni (2005), focada nos theta-features.

No presente trabalho pretendeu-se mostrar que dentro da “não classe” dos pseudo-reflexos se foram introduzindo verdadeiros reflexos, nomeadamente porque se deu demasiada importância à agentividade no pressuposto da causalidade. Mesmo argumentando-se que a língua se constrói muitas vezes sobre pressupostos do senso comum que se afastam das noções científico-filosóficas da reflexividade, pretendi mostrar que mesmo este pressuposto seria abusivo.

Especificamente, pretendeu-se demonstrar que verbos como os de alternância causativa, os de alternância do experienciador e os reflexos inerentes têm justificadamente a marcação reflexa. Remete-se desta forma apenas as construções passivas e impessoais e algumas de outras de origem recíproca para essa designação informe e transversal que caracteriza os falsos reflexos.

Para testar esta hipótese percorreu-se exaustivamente todos os tipos de construções reflexas, começando por enquadrá-los na teoria das anáforas ligadas, passando pela teoria tradicional que aproxima alguns reflexos da inacusatividade, resultando na incorporação dos mesmos no que se designa por pseudo-reflexos. Resgata-se os mesmos da “não classe” recorrendo a uma perspectiva de operações sobre a transitividade/intransitividade dos verbos apresentada por Reinhart (2000).

Em aberto fica a hipótese de o fenómeno da reflexividade ser mais difuso do que tradicionalmente se considera. De facto, tanto as construções médias como os reflexos inerentes parecem apontar para a reflexividade como um potencial, muitas vezes interrompido, e não como uma concretização.

Referências

- Belletti, A., & Rizzi, L. (1988). Psych-verbs and theta-theory. *Nat. Lang. Linguist. Theory*, 6(3), 291-352.
- Brito, A. M., Duarte, I., & Matos, G. (2003). Tipologia e distribuição das expressões nominais. *Gramática da Língua Portuguesa*, 7, 796-867.
- Duarte, I. (2003). A família das construções inacusativas. In M. Mateus et al. (Ed.), *Gramática da língua portuguesa*, (5. ed., p. 507-548). Caminho.
- Eliseu, A. (1984). *Verbos ergativos do português: Descrição e análise*. Man., Universidade de Lisboa.
- Levin, B., & Hovav, M. R. (1994). A preliminary analysis of causative verbs in English. *Lingua*, 92, 35-77.
- Levin, B., & Hovav, M. (1995). *Unaccusativity: At the syntax-lexical semantics interface*. MIT Press.
- Manning, C. D. (2003). Probabilistic syntax. *Probabilistic Linguistics*, 289341.
- Maslova, E. (2008). Reflexive encoding of reciprocity: Cross-linguistic and language-internal variation. *Trends in Linguistics*, 225.
- Mendikoetxea, A. (1999). Construcciones con *se*: Medias, pasivas e impersonales. En I. Bosque y V. Demonte (Eds.), *Gramática descriptiva de la lengua española* (pp. 1575-1630). Espasa-Calpe.
- Otero, C. P. (1999). Pronombres reflexivos y recíprocos. En I. Bosque y V. Demonte (Eds.), *Gramática descriptiva de la lengua española* (pp. 1427-1518). Espasa-Calpe.
- Perlmutter, D. M. (1978). Impersonal passives and the unaccusative hypothesis. *Papers from the Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, 4, 157-189.
- Pesetsky, D. M. (1996). *Zero syntax: Experiencers and cascades*. MIT Press.
- Rákosi, G. (2008). The inherently reflexive and the inherently reciprocal predicate in Hungarian: Each to their own argument structure. En E. König & V. Gast (Eds.), *Reciprocals and reflexives: Theoretical and typological explorations* (vol. 192, pp. 411-450). Mouton de Gruyter.
- Reinhart, T. (2000). *The theta system: Syntactic realisation of verbal concepts*. OTS Working Papers in Linguistics.
- Reinhart, T., & Siloni, T. (2005). The lexicon-syntax parameter: Reflexivization and other arity operations. *Linguistic Inquiry*, 36(3), 389-436.
- Vilela, M. (1992). *Gramática de valências: Teoria e aplicação*. Edições Almedina.